

Aeronáutica pressiona para controlar a Aviação Civil

MAURÍCIO CORRÊA
Repórter da Sucursal de Brasília



O Ministério da Aeronáutica enviou aos deputados e senadores que integram a Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituinte um documento classificando como "prematura, intempestiva e impatriótica" a eventual decisão de retirar da tutela militar o controle sobre a Aviação Civil. A Aeronáutica está fazendo uma grande pressão para manter o Departamento da Aviação Civil (DAC) sob a sua responsabilidade. O relatório preliminar da comissão ficará pronto neste sábado, o que justifica o intenso lobby militar nos últimos dias.

Hoje de manhã, os integrantes da Comissão da Ordem Econômica farão uma visita ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta), em Brasília, em mais uma tentativa de reverter a situação a seu favor. Embora a Aeronáutica tenha concentrado, nesta semana, meia dúzia de oficiais para defender seus argumen-

tos, nos bastidores da comissão existe também o lobby dos aeronautas, aeroviários e controladores de tráfego aéreo, que defendem a desvinculação do DAC da órbita militar.

Os aeronautas, aeroviários e controladores de tráfego aéreo praticamente "acamparam" no plenário da comissão e nos corredores do Senado, na tentativa de minar a estratégia da Aeronáutica e manter o dispositivo aprovado no anteprojeto da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, de autoria do deputado Noel de Carvalho (PDT-RJ). Ele prevê a integração à administração civil, de forma progressiva, no prazo máximo de quatro anos, de todas as modalidades de transporte.

No dia 29 de maio, o assessor-parlamentar do Ministério da Aeronáutica, tenente-coronel Pedro Josino Cordeiro, enviou uma exposição de motivos aos constituintes, pleiteando a supressão do item VII do artigo 18 do anteprojeto. Segundo o oficial da Aeronáutica, há 46 anos o Brasil vive uma política de integração, congregando numa única entidade tudo aquilo que se refere ao espaço. "É deu certo. Mudar, por mudar? Sem uma avaliação das consequências de ordem legal, econômica, técnico-administrativa e mesmo de segurança?

Medida prematura, intempestiva e impatriótica", diz a correspondência.

O senador Roberto Campos (PDS-MT) encampou exatas cinquenta linhas da exposição de motivos da Aeronáutica, transformando-as na emenda nº 964, que será apreciada pelo relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP). "Tendo adotado a solução de concentrar os meios para fazer baixar os custos, nosso país encontrou a solução ideal para as operações comuns da aviação: temos as mesmas pistas para aviões civis e militares, dispomos dos mesmos serviços, dos mesmos socorros, da mesma proteção ao voo. Seguimos uma só direção, uma só política", argumentou o senador Roberto Campos.

Os aeronautas, aeroviários e controladores de tráfego aéreo, entretanto, classificam essa afirmação como "fantasiosa". Ontem, seus representantes conversaram longamente com o presidente da comissão, José Lins (PFL-CE), reforçando a tese da necessidade da desvinculação da Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica. Eles entendem que a estrutura atual, criada em 1941, agora é inadequada. Num documento encaminhado ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB,

deputado Ulysses Guimarães, por cinco entidades que os representam, concluíram que a administração do DAC deve voltar para a responsabilidade das organizações civis, liberan-

do os militares para o exercício de suas funções.

Os aeronautas e aeroviários e controladores de tráfego, no mesmo documento, afirmaram que, como os

militares são obrigados a se deslocar constantemente, devido às promoções, têm uma passagem apenas temporária pelo Sistema de Aviação Civil.

Constituição dos militares não se limita às Forças

Da Sucursal de Brasília

A Constituição dos sonhos dos chefes militares brasileiros não se restringe à mera manutenção das atuais atribuições das Forças Armadas. A preocupação das três Forças começa com o sistema de governo —consideram o parlamentarismo uma hipótese inaceitável—, passa pela reforma agrária, cuja execução, por sua vez, deve passar necessariamente pela aprovação dos proprietários de terras, e mergulha em um interesse imensurável no avanço tecnológico do país.

Não foi à toa, por exemplo, que o presidente José Sarney, quando fez o discurso sobre seu mandato, não se esqueceu de frisar a conveniência de se manter o presidencialismo como a forma de governo ideal para o país. A resistência das Forças Armadas, neste ponto, localiza-se na eventualidade de um ministro militar ser escolhido, ou derrubado, pelo Parlamento, como parte integrante de um gabinete rejeitado pelos políticos.

"Já temos uma crise política e uma crise econômica, não conviria ao país criar também uma crise militar", afirmou o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão da Garantia das Instituições, que trata do papel constitucional das Forças Armadas. Mais cauteloso, o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), general Paulo Campos Paiva, prefere caracterizar essa hipotética crise como uma situação de "instabilidade institucional".

Ao contrário do que pode parecer, a instituição do "habeas data", ou seja, a possibilidade de os cidadãos terem acesso às informações a seu respeito, registradas em arquivos ou cadastros do governo, não assusta o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Ivan de Souza Mendes. Mas, para ele, o "habeas data" só poderia vigorar se estivesse acompanhado de uma rigorosa regulamentação.

Naquele país, são ressalvadas sete exceções —todas voltadas para a preservação da segurança nacional e das fontes de informação. Essa regulamentação poderia envolver também os arquivos do Ministério das Relações Exteriores, da Administração Pública e de outros órgãos onde há informações pessoais armazenadas.

Até mesmo para a segurança do órgão em questão, quaisquer informações só devem ser fornecidas a critério do próprio órgão", afirma o general Campos Paiva, para quem eventuais pedidos nesse sentido, "teriam que ser examinados caso a caso".

O ministro-chefe do Emfa manifesta-se contrário, também, à extensão da anistia aos militares cassados e que hoje reivindicam o pagamento dos salários não recebidos ao longo de seu afastamento das Forças Armadas.